

NOTA TÉCNICA 7

RENDIMENTO DO TRABALHO

As estatísticas do rendimento médio do trabalho nas grandes regiões, nos estados, no Distrito Federal e no Brasil para os anos de 2010 a 2018 levam em consideração as informações do Censo Demográfico de 2010 e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Continuada de 2011 a 2018 (PNADC) do IBGE.

Os dados de 2010 referentes aos municípios vieram do Censo Demográfico. As estimativas para 2018 levam em consideração a evolução estimada da renda do trabalho conforme dados do Relatório Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho (RAIS). Os dados relativos aos anos de 2011 a 2017 são interpolações geométricas. Os dados das regiões metropolitanas vêm da agregação das estimativas municipais.

A diferença entre a base da RAIS e do Censo Demográfico diz respeito ao universo dos profissionais considerados: na RAIS não estão considerados os servidores públicos estatutários (militares inclusive); os trabalhadores sem carteira assinada e parte dos trabalhadores autônomos. Isso indica que na base da RAIS estão representados cerca de 65% do universo de profissionais brasileiros. Além desse fato, deve-se destacar que traz confiança às estimativas municipais o fato de que as tendências observadas nas duas bases de dados para os agregados regionais são muito próximas.

Além de apresentar a média, os dados de renda são desagregados entre gêneros (mulheres e homens) e entre dois grupos populacionais, a saber:

- Pessoas que moram em residências com acesso integral ao saneamento básico; e
- Pessoas que moram em residências sem acesso ao saneamento básico.

Saneamento e produtividade

A análise desenvolvida pelo Instituto Trata Brasil sobre esse tema – Instituto Trata Brasil (2014) – corrobora essa relação. O estudo identificou uma relação muito forte entre o acesso ao saneamento e o salário dos trabalhadores brasileiros. A análise, feita com base nas informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2012 (PNAD), isolou o efeito do acesso ao saneamento na renda dos trabalhadores por meio da construção de um modelo estatístico bastante amplo a respeito dos determinantes da produtividade e da remuneração do trabalho. Considerando todos os fatores em conjunto, é possível separar o efeito específico de cada um, isolando a contribuição

específica do saneamento sobre a produtividade. Numa outra publicação desenvolvida recentemente – ver Instituto Trata Brasil (2017) –, a análise foi complementada com os dados da Pesquisa Nacional de Saúde de 2013 (IBGE, 2015).

No estudo realizado em 2018, são feitas estimativas sobre os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Continuada de 2016 (IBGE, 2017). Com base nessas informações mais detalhadas das condições de moradia e de empregabilidade, constatou-se que os trabalhadores que moravam em áreas sem acesso aos serviços de coleta de esgoto tinham, em média, salários 6,8% inferiores aos daqueles que, com as mesmas condições de empregabilidade (educação, experiência etc.), mas que moravam em locais com coleta de esgoto. Os trabalhadores que moravam em áreas sem acesso à rede de distribuição de água tinham, em média, salários 3,2% inferiores aos daqueles que com as mesmas condições de trabalho tinham acesso à água tratada. A falta de sanitário na moradia também afetava o rendimento do trabalho em 21,7%.

Essa diferença, como dito anteriormente, já considera o efeito parcial do saneamento sobre a produtividade. Assim, o diferencial de renda tem uma leitura direta: se for dado acesso à coleta de esgoto a um trabalhador que mora em uma área sem acesso a esse serviço, espera-se que a melhora geral de sua qualidade de vida – dada pela menor morbidade por diarreia, com redução da frequência de afastamentos e a diminuição do número de dias afastado do trabalho, entre outros aspectos – possibilite uma produtividade maior, com efeito sobre sua remuneração em igual proporção.